

**PORTARIA Nº 136, DE 27 DE MAIO DE 2008**

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2008, na forma do anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**WALTON ALENCAR RODRIGUES**

ANEXO  
UNIÃO – PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2007 A ABRIL DE 2008

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		
	Mai/07 a Abr/08		
	Liquidadas	RP não Processados <sup>3</sup>	TOTAL
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>909.580</b>	<b>7.799</b>	<b>917.379</b>
Pessoal Ativo	564.818	6.241	571.059
Pessoal Inativo e Pensionistas	344.762	1.558	346.320
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
<b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>164.101</b>	<b>267</b>	<b>164.368</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	68.010	267	68.277
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados <sup>2</sup>	96.091	0	96.091
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	0	0	0
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP III=(I - II)</b>	<b>745.479</b>	<b>7.532</b>	<b>753.011</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>413.867.577</b>		
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]</b>	<b>0,1819%</b>		
<b>LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4300%</b>	<b>1.779.631</b>		
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085%</b>	<b>1.690.649</b>		

Fonte: SIAFI 2007 e 2008, CONSULTORC, Portaria STN nº 253, de 19/05/2008 (RCL)

Notas: 1 – Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2 – Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados correspondem às fontes de recursos 56 e 69;

3 – Valores inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2007.

Sergio Freitas de Almeida  
Secretário-Geral de Administração

Eduardo Duailibe Murici  
Secretário de Controle Interno

Ary Fernando Beirão  
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade